

Uma solução para destravar o financiamento climático na COP30



» RAFAEL GIOVANELLI
Gerente de Pesquisa do Instituto Escolhas, coordenou a área de litígio estratégico do WWF-Brasil

» SERGIO LEITÃO

Advogado, diretor-executivo do Instituto Escolhas, foi assessor para temas indígenas e ambientais no Ministério da Justiça

O enfrentamento das mudanças climáticas exige a mobilização de vultosos recursos; afinal, a transição para uma economia de baixo carbono e a adoção de medidas de prevenção contra eventos extremos custam caro. Para que os países em desenvolvimento tenham condições de adotar essas medidas, os países desenvolvidos deveriam lhes destinar US\$ 1,3 trilhão anuais.

O impasse sobre a chegada desses recursos se arrasta desde a Eco-92 no Rio de Janeiro, quando foi aprovada a criação da Convenção do Clima. Ali, os embates giraram em torno da definição do Capítulo 33 da Agenda 21, que tratava dos meios de implementação dos compromissos assinados, o que incluía desde recuperar o que foi desmatado até o aumento da oferta de transporte público.

À época, o Secretariado da Eco-92 estimou que essa implementação pelos países em desenvolvimento teria o custo anual de US\$ 600 bilhões, dos quais US\$ 125 bilhões seriam financiados pelos países desenvolvidos. Como o dinheiro nunca chegou, a conta subiu feito um foguete.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou um relatório com propostas para que finalmente esses recursos possam entrar nos cofres dos países em desenvolvimento. O documento foi elaborado no âmbito do Círculo dos Ministros das Finanças da COP30, grupo formado por 35 países para facilitar a negociação do tema do financiamento climático na Conferência do Clima em Belém.

As propostas do relatório passam pela mobilização dos recursos dos bancos de desenvolvimento, bem como pela criação de soluções financeiras inovadoras para atrair trilhões em capital privado.

Para ajudar o Brasil a mobilizar recursos públicos para atrair capital privado e aumentar o financiamento climático, o Instituto Escolhas acaba de lançar a proposta de um novo instrumento financeiro, a Letra de Desenvolvimento do Nordeste (LDN), capaz de alavancar R\$ 10 bilhões para projetos de industrialização verde de grande porte, além de beneficiar projetos de relevância social e ambiental que não tenham acesso ao crédito em condições normais de mercado.

De acordo com a proposta elaborada pelos economistas Marcelo Tsuji, Cláudio Yokota e Carlos Manso, o Banco do Nordeste (BNB) define as características dos projetos a serem contemplados e repassa recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para os bancos comerciais interessados. Esses bancos estruturam a operação creditícia, aportando recursos adicionais e assumindo os riscos financeiros da operação.

A operação não traz nenhum risco para o Banco do Nordeste, por estar garantida pelos bancos comerciais, bastando a celebração de um contrato entre o BNB e essas instituições para que o repasse aconteça. O dinheiro repassado será recebido de

volta com as taxas de juros previamente estabelecidas, assegurando a remuneração do BNB e os rendimentos dos recursos do FNE.

Esse modelo permite que os projetos de industrialização verde obtenham crédito de longo prazo e juros baixos, característica dos empréstimos com recursos do FNE, que são administrados pelo BNB. O banco tem interesse em usar o potencial energético das usinas eólicas e solares do Nordeste para atrair grandes empreendimentos, estratégia conhecida como "powershoring".

De acordo com a LDN, em contrapartida ao acesso aos recursos do FNE, os empreendedores devem promover projetos de alta relevância social e ambiental, como a restauração de áreas desmatadas nas margens dos rios e nascentes.

No semiárido, isso é uma ação fundamental para a adaptação à nova realidade climática. Além de remover carbono da atmosfera, a recomposição das matas protege os recursos hídricos e, dessa forma, serve como remédio contra a desertificação, que avança a passos largos sobre a Caatinga.

Estudos do Instituto Escolhas mostram que a recuperação da vegetação nas margens dos rios em assentamentos da reforma agrária localizados na Caatinga pode gerar 50,4 mil empregos e produzir 3 milhões de toneladas de alimentos no Rio Grande do Norte. No Ceará, serão criados 66 mil empregos e produzidas 3,6 milhões de toneladas de alimentos. No caso de Pernambuco, serão gerados 48 mil empregos e produzidas 2,8 milhões de toneladas de alimentos.

A LDN pode viabilizar esses resultados positivos. É uma proposta que o Brasil pode levar para a COP30 como um exemplo de instrumento inovador para direcionar capital público e privado para destravar o financiamento climático.

Menos privilégios, mais desempenho: os pilares da PEC da Reforma Administrativa



» LUCIANO NAKABASHI
Doutor em economia e professor associado da FEARP/USP

A PEC da Reforma Administrativa propõe, entre outros pontos, apresentação de plano de planejamento estratégico por parte de governadores e prefeitos eleitos, maior adoção de tecnologia para melhorar a eficiência da gestão pública, ciclo contínuo de avaliação de desempenho dos servidores, novas regras para concursos públicos, estágio probatório fundamentado em critérios, indicadores e metas definidos de forma mais objetiva, fim da aposentadoria compulsória para magistrados e membros do Ministério Público condenados, além de limitar benefícios como férias de 60 dias para determinadas carreiras e progressão automática por tempo de serviço.

O serviço público, de fato, precisa de mudanças nas regras para melhorar sua eficiência. Em economia, aprendemos que pessoas e empresas reagem a incentivos, de modo que mudanças nas regras afetam o seu comportamento. Adicionar remuneração variável de acordo com desempenho é fundamental para maior esforço por parte dos servidores, além de progressão na carreira de acordo com desempenho, desde que as regras sejam claras e transparentes, além de um processo de avaliação imparcial. Retirar aumentos salariais automáticos por tempo de serviço também é algo positivo, mas deve ser compensando por possibilidades de maior avanço na carreira em relação ao que existe atualmente para manter e recompensar os servidores de alto desempenho.

Redução de privilégios é outro ponto essencial. Não há motivos razoáveis para se manter privilégios em determinadas carreiras do serviço público como férias superiores a 30 dias, aposentadoria compulsória quando há condenação por infração de seus deveres, enquanto a exoneração seria a ação mais justa e esperada, ganhos totais acima do teto constitucional, falta de transparência em relação aos rendimentos e adicional de férias superior a 1/3 da remuneração. A agenda de redução de privilégios deve ir muito além de medidas para os servidores públicos e avançar para todas as esferas do setor público e das suas relações com o setor privado. Redução de privilégios precisa estar no topo da agenda do Brasil para se criar um país com menos desigualdades e mais oportunidades.

A introdução de novos mecanismos de responsabilidade fiscal para os entes federativos também é bem-vinda. Além de limitar o número de secretarias para os municípios com elevados gastos de custeio, é preciso focar em maior transparência em todos os gastos realizados pelos entes federativos, com introdução de avaliação de desempenho e retorno sobre esses gastos, além de planejamento e divulgação das medidas para redução dos gastos de custeio. Outro ponto relevante é fortalecer as medidas de responsabilidade fiscal já existentes no nosso país.

O foco na introdução de tecnologias para elevação da eficiência e maior transparência também são acertadas. Temos várias revoluções tecnológicas acontecendo nas últimas décadas, com a mais importante ocorrendo atualmente, por meio da expansão da inteligência artificial em várias atividades e setores econômicos, além do grande aumento na capacidade computacional. Nesse sentido, a proposta prevê a criação da Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital. Adicionalmente, é preciso ter um núcleo do governo em associação com outras instituições públicas e privadas analisando as possibilidades, planejando e tomando as medidas necessárias para aumento da eficiência do setor público e adoção de novas tecnologias.

A transparência tem que avançar em todos os níveis do setor público. Esse processo auxilia na adoção de melhores práticas, responsabilização, prestação de contas com a sociedade e elevação da eficiência. Nesse ponto, é preciso avançar também em todas as esferas do setor público e nas suas relações com o setor privado. A maior transparência ajuda ainda na redução de atos de corrupção e fortalece a democracia.

A PEC da Reforma Administrativa ataca pontos importantes para redução de privilégios, aumento da eficiência do setor público e da responsabilização. Se ela for levada adiante com mudanças apenas marginais e fortalecimento das medidas que estão na direção correta, a sociedade brasileira terá muito a ganhar. As regras do setor público precisam estar mais alinhadas com os interesses da sociedade brasileira, e a PEC vai nessa direção.



Por trás das linhas: o papel dos pais nos esportes dos filhos



» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatra, professora de medicina no Ceub, coordenadora Departamento de Pediatria Ambulatorial SPDF

Que esporte é saúde, não vou repetir, mas com qual idade e como estimular a prática saudável tem sido uma preocupação tanto nas consultas on-line como nas presenciais. Tenho visto e atendido mães e pais cada vez mais preocupados na busca pela melhor estimulação seja para bebês, seja na primeira infância e até a adolescência.

Desde os primeiros anos de vida, o estímulo à atividade física faz parte dos cuidados das crianças para que possam, à medida que crescem, alcançarem os marcos do desenvolvimento. O que parece brincadeira vai aos poucos estimulando a coordenação motora e a aquisição de habilidades e competências. Pediatras e pais estão sempre atentos a essa fase, na qual o equilíbrio é fundamental para que os bebês não sejam hiperestimulados nem negligenciados.

Mais autônomas, nos parquinhos e pré-escolas, as crianças viram verdadeiros treinadores para os pais, haja energia e força nas pernas e braços para acompanhar a correria e todo movimento é bem-vindo! Nessa idade o grande esporte é a brincadeira, o balanço no parquinho,

o esconde-esconde, andar de triciclo e algumas modalidades esportivas vão sendo aos poucos incluídas de maneira lúdica.

Na idade escolar, as crianças vão experimentando, ou pelo menos deveriam ser estimuladas a experimentar, várias modalidades esportivas nas aulas de educação física. É a oportunidade de trabalhar a cooperação entre os pares, o respeito às regras e aos treinadores e, principalmente, a alegria de aprender novos movimentos! É a idade da diversificação, de atravessar as primeiras riscas de linhas das quadras esportivas, o que ajuda muito na habilidade motora, mas também no comportamento emocional, quando aprendem a lidar com a frustração de errar para aprender.

Por mais que algumas famílias tenham pressa, a idade recomendada para a especialização em um único esporte, com competições frequentes, é aos 11 anos. Atualmente, temos evidências de que o início precoce na especialização pode trazer mais malefício do que benefício para a saúde física e mental. O índice de exaustão e desistência por lesões é inversamente proporcional à idade que iniciam a especialização. Isso não impede que pratiquem o esporte desde menores, mas é preciso cuidado com os fatores externos, como cobranças exageradas e altas expectativas, que podem influenciar negativamente o desempenho dos jovens atletas.

O envolvimento das famílias é fundamental na logística de suporte financeiro e emocional. O trabalho em harmonia, ou em desarmonia, com os treinadores e com os outros pais pode fazer toda a diferença. A partir do momento em que começam

a atravessar as raia e linhas que delimitam as quadras e campos fora do ambiente escolar, as competições ficam mais acirradas e os pais deixam de ser apenas os provedores, transportadores para ter um papel de apoio e estímulo nas vitórias e, principalmente, nas derrotas.

Dentro dos limites das linhas, quadras e raia de competição as crianças e adolescentes precisam ter espaço para cometerem os seus erros e aprenderem com eles, espaço para vibrarem com as vitórias e superarem as derrotas. Quem fica atrás das linhas, tem que ter coração forte e ser exemplo de comportamento respeitoso pelos outros pais, mas principalmente pelos outros atletas em desenvolvimento. O amor pela prática de atividade física pode e deve ser ensinado desde cedo, o respeito e cordialidade, também.

Difícil uma criança que não teve estímulo da família se interessar pelo esporte. Mas difícil não quer dizer impossível. Como mãe de dois, encontrei nas atividades físicas um caminho para diminuir o tempo de telas dos meus filhos na primeira infância e, hoje, admiro os meus, agora já adolescentes, persistirem no esporte que escolheram. Eles tiveram a oportunidade de praticar ginástica, natação, judô, futebol, vôlei e acabaram seguindo o esporte do avô e do pai, o tênis. Pelas quadras onde andei e ando o músculo de mãe e pediatra que precisou ficar mais forte foi o coração, não é fácil lidar com as frustrações nem deles nem dos adversários e aí o papel da família em conjunto com os treinadores, cada um respeitando seu espaço, é fundamental.